



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12458 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E ENFRENTAMENTO À EXPANSÃO TERRITORIAL DO CAPITAL PARA A SUPERAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA**

Maria Clara de Sousa Costa - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

Lucineide Barros Medeiros - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E ENFRENTAMENTO À EXPANSÃO TERRITORIAL DO CAPITAL PARA A SUPERAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA**

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão tem como objetivo analisar a relação entre a Educação do Campo, a questão agrária e a territorialização de sociabilidades no meio rural, que é hegemonicamente orientada pelos interesses do desenvolvimento capitalista, porém, em permanente tensão com as forças de resistências voltadas à superação da questão agrária, que compõe a base de formação da sociedade brasileira.

Na base dessas tensões se constituiu a proposta da Educação do Campo que, a partir da segunda metade dos anos 1990, passou a integrar as ações da política educacional brasileira, inicialmente através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com o protagonismo destacado do Movimento Sem Terra (MST) e na sequência ocupando espaço na estrutura institucional do Ministério da Educação (MEC), ensejando a publicação do Decreto presidencial nº 7.352/2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o PRONERA (CHEROBIN, 2018, GHEDINI, 2017).

Caldart (2009, p. 106), ressalta que a Educação do Campo, foi sendo gestada no

contexto das “lutas sociais pelo direito à educação, configuradas a partir da realidade da luta pela terra, pelo trabalho, pela igualdade social, por condições de uma vida digna de seres humanos no lugar em que ela aconteça”; o que indica o seu caráter contra hegemônico.

O território nesse cenário ocupa um papel central uma vez que a luta dos movimentos sociais do campo pela reforma agrária no Brasil, acima de tudo, visa contribuir para a promoção de um novo modelo de desenvolvimento para o campo, vinculada à uma territorialização do campo, que possa assegurar aos camponeses as condições pelas quais possam produzir alimentos, gerar renda e desenvolvimento como cidadãos de direito, na perspectiva da sustentabilidade (OLIVEIRA, SANTOS, 2008).

Zibechi (2015, p. 100) afirma que “território e conflito social não são duas questões separadas”, pois o conflito social é ao mesmo tempo um conflito de territorialidade, encarnado no território e, desse modo, quando há incidência das forças sociais no contexto das crises ou das questões existentes, há também crises da territorialidade instituída. É neste sentido, que a Educação do Campo é compreendida como parte de uma construção possível de outra territorialidade na direção contrária do capitalismo agrário.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

A questão agrária no Brasil é intrínseca à sua própria construção sócio-histórica. Freitas e Oliveira (2016), apontam que no Brasil a questão agrária é constituída de vários processos de ocupação do território desde a chegada dos europeus em 1500, a partir de terras expugnadas por portugueses e colocadas à disposição de um pequeno e seletivo grupo social excluindo nativos, escravos negros, mestiços, e que se desdobram em conflitos territoriais que perduram até hoje.

O processo de industrialização iniciado nas últimas décadas do século XIX que foi implantado por meio do modelo econômico capitalista, trouxe ainda mais disparidades na realidade no campo. O Brasil optou por um modelo de desenvolvimento que prescindiu da desconcentração da terra, preservou o latifúndio, e mais recentemente, incorporou o modelo do agronegócio. O modelo agrícola nos moldes do agronegócio tem como base não somente estes elementos já mencionados, mas também a monocultura, o trabalho precário e uma matriz tecnológica intensiva em uso de capital (OLIVEIRA, SANTOS, 2008).

Com a “Modernização da Agricultura” na metade do século XX, essa concentração de terras nas mãos não apenas da elite agrária, mas também de empresas transnacionais se intensificou e cada vez mais a população do campo passou por um violento processo de desterritorialização com a grilagem de terras devolutas, conflitos com terras indígenas, quilombolas e demais comunidades de populações tradicionais, pela violência contra os camponeses promovida por jagunços e milícias contratadas pelos “coronéis” latifundiários, elementos que forçam a intensificação do processo migratório para as cidades (OLIVEIRA,

1994).

As transformações do espaço agrário brasileiro no século XX e XXI, consequências do processo de expansão do capital sobre os territórios, é pautada principalmente no discurso de modernização e desenvolvimento para o meio rural, no entanto, Freitas e Oliveira (2008) apontam que:

[...] os impactos negativos sobre as estruturas agrárias são inúmeros como a desterritorialização de milhões de povos do campo proporcionada pela concentração de terras e capital nas mãos da elite agrária e industrial e a troca do cultivo de alimentos por commodities para exportação, devastação ambiental e migração-campo cidade que desencadeou na proletarização da classe camponesa. (p.140)

Nesse sentido, Fernandes (2008) aponta que o campesinato e o agronegócio produzem territórios diferentes, isso porque cada um destes é organizado de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Por exemplo, o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, enquanto o campesinato organiza seu território, antes de mais nada, para sua substância considerando as diversas dimensões da vida. Essa diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios:

A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é nesse espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. (FERNANDES, 2008, p.40-41)

Ainda de acordo o autor supracitado, a educação possui sentidos completamente diferentes para o agronegócio e para os camponeses, uma vez que a Educação do Campo compreende o território camponês como uma totalidade, de modo que o seu desenvolvimento não venha a destruir a sua estrutura, indo assim na contramão do que é proposto pelo avanço do capital no campo através do agronegócio. A educação se coloca nesse sentido como uma das dimensões fundamentais para o desenvolvimento do território e torna-se funcional à realização do projeto de desenvolvimento hegemônico. Contudo, esse processo é demarcado por tensões, a exemplo da que se estabelece através da proposta político-pedagógica da Educação do Campo.

Há aspectos pragmáticos da Educação do Campo que ampliam as condições de construção de um projeto de educação emancipatória. Dessa forma, Jesus (2005) chama atenção para o paradigma que fortalece o modelo de exploração capitalista que proporciona subsídios para a reprodução ampliada do capital, tendo em vista que a educação escolar pode contribuir para manter a desigualdade e a exclusão dos sujeitos na sociedade. O paradigma que fortalece a Educação do Campo tem a formação do ser social em plenitude, inserido e em comunhão com o mundo, como centralidade.

A escola do campo, de acordo com Fernandes (1999), tem uma especificidade

inerente a história de luta e resistência camponesa, o que caracteriza sua materialidade histórica; requer uma educação de qualidade para o camponês, mas também condições dignas de vida e trabalho nos territórios, conformando um novo projeto societário para o campo.

Essa é a abordagem territorial da Educação do Campo, que considera o território camponês, como seu território de vida, e, portanto, ponto de partida para o processo educativo do/no campo. Fernandes (2006) aponta que:

A Educação como política pública é fundamental para o campesinato. A dimensão territorial é espaço essencial para o desenvolvimento de seus territórios. Embora a Educação do Campo ainda seja incipiente, está sendo pensada e praticada na amplitude que a multidimensionalidade territorial exige. Desde a formação técnica e tecnológica para os processos produtivos até a formação nos diversos níveis educacionais, do fundamental ao superior para a prática da cidadania. (FERNANDES, 2006, p.6)

Nesse sentido a Educação do Campo cultiva o princípio da autonomia do território, e afirma um significado próprio de territorialidade, como sendo a manifestação das relações sociais do camponês inserido no seu território, que é o campo. Dessa forma o autor complementa ainda que:

A educação é uma política social que tem importante caráter econômico porque promove as condições políticas essenciais para o desenvolvimento. Desse modo, para o desenvolvimento do território camponês é necessária uma política educacional que atenda a sua diversidade e amplitude e entenda a população camponesa como protagonista propositiva de políticas e não como beneficiários e ou usuários. (FERNANDES, 2006, p.5)

Em suma, a Educação do Campo é compreendida como uma dimensão da política educacional situada no horizonte de desenvolvimento do território camponês como parte do campo brasileiro, tendo em seus processos pedagógicos os princípios da gestão democrática e participativa, do currículo integrado e situado, da alternância de tempos educativos, da formação de educadores no/do território camponês, contanto com infraestrutura adequadas às exigências do processo formativo.

É nesse contexto que se insere as potencialidades da Educação do Campo como formadora de uma nova territorialidade, ela nasce no seio da luta pela terra, pautada na formação humana, **respeito à natureza e aos modos de vida**. Essa educação está fincada no próprio campo que foi historicamente marginalizado, para provocar os sujeitos do campo a pensarem de forma crítica, e ao mesmo tempo, de maneira que venha valorizar a vida em seus territórios.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui apresentadas apontaram que as questões agrárias no Brasil, é um fenômeno histórico, que tem como pano de fundo fatores sociais, econômicos e políticos. As frentes de resistência diante da reprodução ampliada do capital têm sido realizadas não somente por camponeses, mas também por indígenas, quilombolas, enfim, todos aqueles que

constituem os povos do campo.

Algo que pode ser apontado como fator em comum entre os povos do campo, é a maneira como estes lidam com a terra, e as relações que os mesmos estabelecem com seus territórios. Enquanto o avanço territorial do capital valora o território como mercadoria afim de assegurar a acumulação e reprodução, os povos do campo enxergam o território como modo de vida, cultura e trabalho. Por essa compreensão percebemos que há diferentes concepções de território que se, desdobram também nos diferentes paradigmas educacionais e de formação dos povos residentes no campo.

A Educação do Campo, produzida na luta pela construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária desafia os valores e princípios do capital em sua materialidade histórica, tendo a luta pela terra como elemento integrante de sua construção originária. Esta relação possibilita que a Educação do Campo se apresente como importante instrumento de formação para os povos do campo e ao mesmo contribui na formação de uma territorialidade não capitalista.

O paradigma educacional proposto pela Educação do Campo considera o território para além de um conceito geográfico espacial, tratando-se de uma construção em permanente movimento envolvente da educação, cultura, produção, trabalho, organização política e relações sociais.

Assim, a Educação do Campo está intimamente ligada a um projeto societário para o campo, que vai muito além do educacional, integrando outros componentes do ser social, nestes sentido, inscrevendo a importância da escola com o seu projeto político-pedagógico situado em uma política educacional que se desenvolva em sintonia com as tensões presentes na dinâmica societária e, desse modo, não admitindo uniformizações e decisões autoritária.

Portanto, a Educação do Campo é uma construção contra hegemônica e de reterritorialização do meio rural, que cria perspectivas e horizontes para um projeto popular, ancorado na superação da questão agrária e produção de vida digna para todos.

## REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (org). **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2009. p.87-131.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: BENJAMIN, Cé sar. CALDART, Roseli Salete. (org.). **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. p.39-87.

CHEROBIN, Fabiana. Fátima. Análise da produção acadêmica sobre política de educação do

campo. **Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. III, nº 04, p. 313-330, jan.-jun./2018.

FERNADES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma Caminhada. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. (org.). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2004. p.89-103.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida. (org). **Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: Incra/MDA, 2008. p.39-67.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 27-40, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma educação do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez. FERNANDES, Bernardo Mançano. (org.). **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. p.53-70.

GHEDINI, Cecília Maria. **A produção da Educação do Campo no Brasil**. Jundiaí. Paco Editorial, 2017

JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. p.109-130.

OLIVEIRA, César José de; SANTOS, Clarice Aparecida dos. Educação na perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento na reforma agrária. In: SANTOS, Clarice Aparecida. (org). **Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: Incra/MDA, 2008. p.15-19.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo:

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

ZIBECHI, Raul. **Territórios em resistência, cartografia política das periferias urbanas latino-americanas**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.